



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 225623-3
COMARCA: CARUARU (1ª VARA CRIMINAL)
APELANTE: MARIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE ESTELIONATO ATRAVÉS DE FRAUDE NO PAGAMENTO POR MEIO DE CHEQUE - ARTIGO 171, §2º, INCISO VI, DO CÓDIGO PENAL – MÉRITO – CONDENAÇÃO CALCADA NO ROBUSTO CORPO PROBATÓRIO CARREADO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL – MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO - MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS – AUTORIA ESTÁ CONFIGURADA PELOS DEPOIMENTOS TRAZIDOS AO PROCESSO PELAS TESTEMUNHAS, PELA VÍTIMA E TAMBÉM PELA CORRÊ - RECURSO NÃO PROVIDO – REAPRECIÇÃO DA DOSIMETRIA DA PENA, DE OFÍCIO, COM A REDUÇÃO DA REPRIMENDA APLICADA - EXCLUSÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO - DECISÃO UNÂNIME.

1. Provas colhidas durante a instrução criminal possibilitaram a comprovação acerca da materialidade do delito e sua autoria.
2. Ao analisar as circunstâncias judiciais do apelante, o Juízo *a quo* se equivocou, posto que descreveu como desfavorável ao acusado a culpabilidade, os motivos e as circunstâncias do crime, utilizando-se da descrição do próprio tipo penal. Pena-base redimensionada, de ofício, para *quantum* de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, substituída por duas penas restritivas de direito fixadas na sentença.
3. Em que pese o fato delituoso em tela ter ocorrido após a alteração advinda com a Lei nº 11.719/08, que possibilitou a fixação do valor mínimo de indenização à vítima, nos termos do art. 387, IV, do CPP, a implementação de tal ônus exige expresso pedido da vítima e consequente realização de contraditório, requisitos ausentes no caso em tela.

A C Ó R D ã O

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em, unanimemente, negar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife,

16/06/2014
Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0225623-3
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CARUARU
APELANTE: MARIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELHO BARBOSA

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por MARIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS, contra decisão que julgou procedente a acusação formulada pelo Órgão Ministerial de 1º grau, imputando a prática do crime incurso na sanção do artigo 171, §2º, inciso VI, do Código Penal (*Crime de estelionato através de fraude no pagamento por meio de cheque*).

Consta da denúncia que no mês de outubro de 2001, a vítima, Flávia Araújo Santos, resolveu comprar um automóvel, mas não dispondo de dinheiro suficiente para comprá-lo à vista, resolveu comprá-lo financiado. Esta em conversa com Marivaldo Francisco (corretor de automóveis) relatou seu objetivo, e este se prontificou a financiar tal veículo em nome de sua esposa Edilma Alves Maciel, pois esta dispunha de crédito para tal feito.

Narram os autos que realizado o financiamento de um veículo de marca Fiat, modelo Palio, ano 1997/1998, cor azul, placa AHL-5455, Caruaru-PE, a referida vítima, efetuou o pagamento em dinheiro da primeira parcela no valor de R\$2.830,00 (dois mil oitocentos e trinta reais), conforme fotocópia do recibo de fls. 06 do I.P., utilizando, em seguida, o veículo por três meses e, efetuando regularmente os demais pagamentos do financiamento.

Após estes meses, a vítima resolveu vender o veículo e procurou o Marivaldo Francisco e sua esposa Edilma Alves para que os mesmos providenciassem a transferência do mesmo, pois estava no nome de Edilma Alves, quando naquele momento, Marivaldo disse que compraria o veículo e se dirigiu a casa da Sr.ª Flávia Araújo, juntamente com sua esposa.

Na casa da vítima, a esposa do denunciado emitiu um cheque de nº GF-192503, conta nº 37479-5, agência nº0453, do Banco Itaú, no valor de R\$2.830,00 (Dois mil oitocentos e trinta reais), que seria o dinheiro que a vítima dera como entrada. Apresentado ao banco, o cheque foi devolvido por insuficiência de

APADS/MEAC



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

fundos e sendo reapresentado, desta vez voltou por motivo de contra ordem do emitente.

Relatado o acontecimento aos denunciados, estes não se prontificaram a resolver o problema, deixando em prejuízo a vítima.

Após os trâmites de estilo, foi prolata da sentença condenatória em 27 de março de 2009 (fls. 136/143), condenando o apelante nas sanções do artigo 171, §2º, inciso VI (crime de estelionato através de fraude no pagamento por meio de cheque) a pena definitiva de **02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão** em regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direitos, nas modalidades de prestação de serviços a comunidade e prestação pecuniária, e pagamento de 70 (setenta) dias-multa, no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do delito.

Recurso interposto tempestivamente, com razões apresentadas pelo Bel. Raimundo Pereira, OAB/PE 10.835-D (fls. 155/159), pugnando pela absolvição do apelante, uma vez que alega que a prova testemunhal produzida em juízo deixa claro que o cheque emitido foi pré-datado, tratando-se de uma promessa de pagamento. Sustenta, ainda, que a suposta vítima não foi encontrada para prestar esclarecimentos em juízo, deixando de ratificar seu depoimento em sede policial.

Contra-razões apresentadas pelo Promotor de Justiça, Dr. Ronaldo Roberto Lira e Silva (fls. 165/171), pugnando pelo não provimento do recurso apelatório.

Manifestando-se a Procuradoria de Justiça Criminal, representada pelo Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, ofereceu parecer às fls. 189/193, opinando pelo não provimento do recurso.

O apelante aguarda o julgamento do presente recurso em liberdade, conforme parte final da sentença condenatória às fls. 143.

É o Relatório.
À Douta Revisão.

Recife, 19 de Setembro de 2011 .


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

APADS/MEAC



212

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 225623-3
COMARCA: CARUARU (1ª VARA CRIMINAL)
APELANTE: MARIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

VOTO

A análise dos autos demonstra que não merece prosperar o inconformismo do apelante no que concerne à sua condenação pela prática do delito do art. 171, § 2º, inciso VI, do Código Penal, tendo em vista que a condenação foi de acordo com as provas colhidas durante a instrução criminal, que possibilitaram a comprovação acerca da materialidade do delito e sua autoria, tendo havido perfeito enquadramento de todos os fatos descritos na denúncia no tipo penal em que foi condenado.

Restou sobejamente comprovada a materialidade do delito através do cheque de fls. 11, que no seu verso apresenta o carimbo de devolução primeiramente, por insuficiência de fundos e, posteriormente, pela contra-ordem do pagamento pelo emitente do cheque.

Da mesma forma, restou comprovada a autoria delitiva, em face das provas testemunhais produzidas em juízo, bem como pelas declarações da vítima, ainda em sede policial.

Afirmou a testemunha Sérgio Santos, às fls. 54/55:

"(...) que os acusados freqüentavam a casa do depoente e após comentar com os mesmos, Marivaldo afirmou que tinha um Palio para vender; que como Flávia não tinha cadastro para financiamento, a esposa de Marivaldo, ou seja, Edilma Alves Maciel emprestou o seu nome para o financiamento; que Flávia deu uma entrada, não sabendo o depoente informar quanto, ficando com o carne do financiamento para pagamento das prestações; que algum tempo depois, Flávia resolveu se desfazer do carro e procurou Marivaldo; Que Marivaldo aceitou comprar o carro; que Flávia e Marivaldo acertaram o valor acordado, tendo Marivaldo emitido um cheque e entregue a Flávia; (...) que apresentado o cheque, este voltou por insuficiências de fundos; que reapresentado o cheque, voltou sob o argumento de que teria sido sustado (...); **que o cheque de Edilma não era pós-datado, ou seja, era para o dia;** (...)"



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ainda, em sede policial, declarou a vítima, às fls. 14:

“(…) que afirma que ficou com o veículo três meses pagando as parcelas normalmente, e após estes meses, resolveu vender o veículo, então ligou para Marivaldo dizendo que iria vender o veículo e precisava da esposa deste para que assinasse a transferência do mesmo, já que o veículo foi financiado em nome dela, e naquele mesmo momento MARIVALDO disse que compraria o veículo e se dirigiu até a casa da declarante juntamente com a esposa e ali, a esposa deste lhe passou um cheque no valor de R\$2.830,00 (dois mil oitocentos e trinta reais) que seria o dinheiro que a declarante deu como entrada (…)”.

Por derradeiro, a corré Edilma Alves Maciel, às fls. 38/39, quando ouvida em juízo, afirmou:

“(…) que o acusado arrumou um comprador para a vítima, que ela interrogada não sabe o nome do comprador; que a vítima não conhecia o comprador e não aceitou o cheque do mesmo, tendo sido entregue a vítima um cheque no valor de R\$2.830,00, cheque emitido por ela interrogada; que o cheque do comprador que foi entregue ao segundo acusado voltou sem provisões de fundos, pois não tinha dinheiro (…); que o segundo denunciado era quem movimentava a conta dela interroganda, não sabendo ela responder se havia ou não saldo na ocasião em que assinou o cheque para a vítima; que o cheque emitido pela terceira pessoa que comprou carro não foi depositado na conta dela interroganda; (…)”.

Nesse diapasão, não há como prosperar as alegações apresentadas nas razões de apelo que tentam convencer esta Corte de Justiça de que o cheque emitido foi na sua forma pré-datada, sem ter o apelante provado tal tese. Na verdade, o que se extrai dos autos é o contrário do afirmado.

De fato, as declarações prestadas pela vítima e testemunhas (fls. 14, 54/55), bem como pela corré (fls. 38/39) transcritas acima, fortaleceram a tese acusatória, que como bem delineado nas contrarrazões da acusação (fls. 165/171), firma-se para comprovar todos os fatos descritos na peça acusatória inicial.

Assim, é de ser mantida condenação do apelante pela prática do delito previsto no art. 171, §2º, inciso VI do Código Penal.



214

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Quanto à reprimenda aplicada ao apelante verifico, de ofício, a necessidade de reapreciação. Vejamos como procedeu o Magistrado *a quo* à fls. 140/141:

Culpabilidade: Considero que o réu agiu com alto grau de culpabilidade, com o firme propósito de fraudar a vítima, obtendo para si vantagem ilícita, instigando sua esposa a emitir cheque sem provisão de fundos e frustrando o pagamento.

Antecedentes: Trata-se de réu que possui antecedentes, consoante documentos de fls. 121. Portanto, desfavorável.

Conduta Social: De acordo com os depoimentos das testemunhas, de fls. 113, o réu sempre teve boa conduta social.

Personalidade: Houve um desvio de caráter e comportamento por parte do réu ao cometer tal conduta ilícita, mas não o considero com predisposição para a prática de crimes.

Motivos: Não existem nos autos os motivos que levaram o réu a praticar tal crime. Porém em delitos de natureza patrimonial a intenção do criminoso é obter para si vantagem econômica alheia.

Circunstâncias: O crime praticado em circunstância favorável à atuação do acusado, visto que o mesmo foi financiado em nome de sua esposa, instigando-a a emitir o cheque sem fundos.

Conseqüências: O delito não gerou maiores conseqüências, a não ser a violação patrimonial, que ainda não foi restabelecida.

Comportamento da vítima: A vítima não contribuiu para a produção do resultado, eis que sua intenção era a melhor possível. Desejava adquirir um automóvel e agiu lícitamente confiando em pessoas que considerava honesta. Por isso, considero circunstância desfavorável.

Penas: Considerando o acima fundamentado, à luz do art. 59 do CP, resolvo fixar-lhe a pena-base em dois anos e seis meses de reclusão.

Não vislumbro a presença de circunstância agravante.

Aplico a circunstância atenuante da confissão, prevista no art. 65, III, d, do CP. Logo, reduzo a pena em três meses.

Não há causas de aumento e nem de diminuição, pelo que resta fixada definitivamente em dois anos e três meses de reclusão, que deverá ser cumprida, inicialmente em regime aberto, à luz do art. 33, §2º, 'c', do CP. "

Como se pode ver, o Juízo *a quo* equivocou-se quando da análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, uma vez que descreveu como desfavorável ao acusado a culpabilidade, as circunstâncias e o motivo do crime, utilizando-se da descrição do próprio tipo penal, afirmando que o acusado instigou sua



215

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

esposa a emitir cheque sem provisão de fundos, frustrando o pagamento com o propósito de obter para si vantagem econômica alheia.

Posto isso, de ofício, reduzo a pena-base aplicada ao *quantum* de 02 (dois) anos de reclusão. Em seguida, minoro a pena em 06 meses pela aplicação da circunstância atenuante do art. 65, III, d, do CP - confissão espontânea do acusado. Assim, inexistindo causas de aumento ou de diminuição da pena, fica estabelecida a pena definitiva de 01 (um) ano e 06 (seis).

Verifique-se, ainda, que o Magistrado de Primeiro Grau deixou de aplicar a pena privativa de liberdade, substituindo-a por duas restritivas de direito, o que se mantém.

Por fim, verifico que o Juízo *a quo*, a título de indenização, fixou o valor de R\$ 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais), tendo em vista que foi este o valor do cheque emitido à vítima.

Ora, em que pese o fato delituoso em tela ter ocorrido após a alteração advinda com a Lei nº 11.719/08, que passou a possibilitar a fixação do valor mínimo de indenização à vítima, nos termos do art. 387, IV, do CPP, a implementação de tal ônus exige expresso pedido da vítima e consequente realização de contraditório, requisitos ausentes no caso em tela. Em decorrência, excluo a indenização fixada.

Neste sentido, colaciona-se as jurisprudências a seguir transcritas:

Roubo majorado. Condenação: autorizada quando os agentes do crime foram identificados, em juízo, pela vítima. Concurso de agentes: configurado diante da divisão e coordenação de tarefas no momento da empreitada. Indenização mínima ao ofendido: **exige pedido expresso, bem ainda a submissão da liquidação ao contraditório**. Deram parcial provimento aos apelos defensivos para reduzir a pena aplicada. Unânime. (Apelação Crime Nº 7004222489, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 22/06/2011).

APELAÇÃO CRIME. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. EMPREGO DE ARMA. RECEPÇÃO DOLOSA. CRIME CONTRA O SISTEMA NACIONAL DE ARMAS. DISPARO DE ARMA DE FOGO. (...) Afastada a indenização fixada na sentença com base no art. 387, IV CPP, uma vez que atenta contra os princípios do contraditório e da ampla defesa, porquanto não foi ela objeto de discussão no processo. (...) APELO MINISTERIAL E DEFENSIVO PROVIDOS EM PARTE. (Apelação Crime Nº 70042124552,



216

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudio Baldino Maciel, Julgado em 09/06/2011).

Ante o exposto, voto no sentido de manter a condenação do réu pelo delito de 171, § 2º, VI, do Código Penal, reduzindo o *quantum* da pena aplicada para 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e excluindo a indenização fixada na sentença.

Recife

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

27

Ação Penal Originária nº: 0074061-28.2002.8.17.0480 (0225623-3)
Comarca: Caruaru
Juízo: 1ª Vara Criminal
Apelante: Marivaldo Francisco dos Santos
Apelado: Ministério Público Estadual
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Des. Fausto Campos

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de Apelação interposto pela defesa de Marivaldo Francisco dos Santos contra decisão do juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru que o condenou à pena de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direitos, na modalidade de prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária e 070 (setenta) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, pela prática do crime de fraude no pagamento por meio de cheque, tipificado no art. 171, §2º, IV, do CP.

No Apelo, aduz o recorrente que a prova testemunhal produzida em juízo deixa claro que o cheque emitido foi pré-datado. Arrima sua tese no sentido de que cheque pré-datado devolvido por insuficiência de fundos e/ou contra ordem de pagamento não configura o crime de estelionato. Ao final, pugna por sua absolvição.

A materialidade do delito restou comprovada com a juntada do cheque aos autos, às fls. 11.

A autoria também demonstrada, tanto pelas testemunhas, como pela própria vítima, que, de forma uníssona, confirmaram o delito de estelionato, convergindo no sentido de ratificar a condenação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

A vítima Flavia Araújo Santos, quando do registro de ocorrência (fl. 14), relatou:

"Que no mês de Outubro do ano passado, resolveu comprar um veículo para que pudesse trabalhar com ele e procurou uma financeira para elaborar o financiamento do veículo, já que o dinheiro que possuía não dava para pagá-lo (...); que em conversa com um popular de nome Marivaldo Matias que freqüentava a mesma igreja que a declarante e seus familiares, então este se ofereceu para que o financiamento fosse feito em nome da mulher dele, a Sra. Edilma Alves Maciel (...); que também já tinha um veículo Palio que poderia vender à declarante (...); que na época deu a Marivaldo a importância de R\$ 2.730,00 (Dois mil, setecentos e trinta reais); que afirma que ficou com o veículo por três meses, pagando a parcela normalmente e, após estes meses, resolveu vender o veículo; que ligou para Marivaldo, dizendo que iria vender o veículo e precisava da esposa dele para que assinasse a transferência; que Marivaldo disse que compraria o veículo e se dirigiu até a casa da declarante juntamente com a esposa e esta lhe passou um cheque no valor de R\$ 2.830,00 (Dois mil, oitocentos e trinta reais) que seria o dinheiro que a declarante deu como entrada; que quando passou o carro para Marivaldo, arranhou um problema, pois o cheque foi devolvido e, até a presente data, este não lhe pagou.

A testemunha Sérgio dos Santos, às fls. 54, declarou:

"(...) Que Marivaldo afirmou que tinha um Palio para vender; que como Flávia não tinha cadastro para financiamento, a



218

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

esposa de a Marivaldo, ou seja de Marivaldo, ou seja, Edilma Alves Maciel emprestou o seu nome para o financiamento; que Flávia deu uma entrada; que algum tempo depois, Flávia resolveu se desfazer do carro e procurou Marivaldo; que Marivaldo aceitou comprar o carro; que Flávia e Marivaldo acertaram o valor; tendo Marivaldo emitido um cheque e entregue a Flávia; que apresentado o cheque, este voltou por insuficiência de fundos; que reapresentado o cheque, este voltou sob o argumento de que teria sido sustado (...)"

Da reanálise da prova constante dos autos, concluo que, de fato, não vinga a tese defensiva apresentada, isto é, de que o conjunto probatório não é suficiente a ensejar o decreto condenatório.

Vale ponderar que os depoimentos prestados pela vítima e por Sérgio, em juízo, reprisam aqueles realizados junto à autoridade policial, mostrando-se precisos e harmônicos.

Ainda, não há nos autos qualquer elemento que indique tenha a ofendida motivos para imputar falsamente ao apelante a responsabilidade pelo crime em tela.

Nesses termos, estão suficientemente comprovadas nos autos a materialidade e autoria do crime imputado ao réu, devendo ser mantida a sentença condenatória, apenas reduzindo-se a reprimenda aplicada. Explico.

No presente caso, observando-se os critérios do art. 59, do CP, vê-se que o juízo primevo, equivocadamente, considerou negativamente ao Apelante a culpabilidade, as circunstâncias e o motivo do crime.

Verifico que os argumentos utilizados pelo magistrado *a quo* para a fixação da pena base foram genéricos, entendendo razoável a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

redução da mesma para fixá-la em 02 (dois) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa.

Na segunda fase, em razão da confissão espontânea do acusado, reduzo a reprimenda em 06 (seis) meses, restando o *quantum* definitivo em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 050 (cinquenta) dias-multa.

À míngua de outras circunstâncias agravantes e atenuantes e de causas de aumento e de diminuição, torno a penalidade definitiva em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 050 (cinquenta) dias-multa.

Por fim, no que diz respeito ao valor de R\$ 2.830,00 (Dois mil, oitocentos e trinta) reais, fixados à título de indenização, entendo que tal ônus exige a realização do contraditório, o que não ocorreu.

Por todo exposto, acompanho o Em. Relator para **DAR PARCIAL** provimento ao apelo, reduzindo a pena aplicada ao recorrente, tornando-a definitiva em 01 (um) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa e excluir a indenização fixada na sentença.

É como voto.

Recife, 16 de *Junho* de 2014.

Fausto Campos
Revisor